

CONSTITUINTE

Garantias para a iniciativa popular

O plebiscito, a iniciativa popular e o referendo foram consagrados ontem pela Assembleia Nacional Constituinte como instrumentos da soberania popular, ao aprovar, por 360 votos a favor, 89 contra e 12 abstenções, emenda neste sentido do senador Lavoisier, Maia (PDS-RN), alterando o artigo 15 do projeto de Constituição.

Em consequência, o artigo 15 passou a ter a seguinte redação: "O sufrágio é universal, o voto direto é secreto, com igual valor para todos. A soberania popular será exercida pelo plebiscito, pela iniciativa popular e pelo referendo, conforme dispuser a lei".

O texto inclui, ainda, a expressão "pelo veto popular", que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, se comprometeu a retirar no segundo turno de votação, com o apoio de outros líderes partidários, o que facilitou a aprovação da matéria, a começar pelo parecer favorável do relator Bernardo Cabral, condicionado à retirada da expressão citada.

Ao defender sua emenda, o autor disse que a soberania popular é um dos avanços mais expressivos da democracia moderna e que a sociedade contemporânea precisa de novas formas de participação popular. Citou como exemplos a Constituição da Espanha, referendada pelo povo, e o divórcio na Itália, aprovado por plebiscito popular. (EBN)

O texto da Constituição

A seguir publicamos a íntegra dos textos aprovados na terça-feira e ontem pela Assembleia Nacional Constituinte:

Artigo 9º — O produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social através da aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e obterão os seus benefícios na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo Único — Equiparam-se ao produtor rural, para os efeitos da Previdência Social, o parceiro, o meeiro, o arrendatário e seus respectivos cônjuges, inclusive o daquele.

Artigo 10 — É livre a associação profissional ou sindical.

O poder público fica proibido de interferir nos sindicatos

Parágrafo 1º — É vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. A lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação do sindicato, ressalvado o registro no órgão competente e o disposto neste artigo.

Parágrafo 2º — Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Esta será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Parágrafo 3º — Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Parágrafo 4º — A assembleia geral fixará a contribuição sindical da categoria que, se profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de sua representação sindical, independentemente da contribuição prevista em lei.

Parágrafo 5º — A lei não obrigará a filiação aos sindicatos, e ninguém será obrigado a mantê-la.

Parágrafo 6º — Aplicam-se à organização dos sindicatos rurais e das colônias de pescadores os princípios adotados para os sindicatos urbanos, nas condições da lei.

Parágrafo 7º — O sindicato participará, obrigatoriamente, das negociações coletivas de trabalho.

Parágrafo 8º — O aposentado, se filiado, terá direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Parágrafo 9º — Fica vedada a dispensa de empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou associação profissional, até dois anos após o final de seu mandato, caso seja reeleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da lei.

Data e motivo de greve são decididos pelos trabalhadores

Artigo 11 — É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo 1º — Quando se tratar de serviços ou atividades essenciais definidos em lei, esta disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo 2º — Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Artigo 12 — É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos dos serviços públicos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Artigo 13 — É assegurada a eleição de um representante dos empregados nas empresas de mais de duzentos funcionários, com a finalidade exclusiva de promover entendimentos diretos entre empregadores e empregados.

Capítulo II — Da Nacionalidade

Artigo 13 — São brasileiros:

I — Natos: a) Os nascidos no Brasil, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; c) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir no

Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem pela nacionalidade brasileira em qualquer tempo;

II — Naturalizados: a) Os que, na forma da lei, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa a residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; b) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de 30 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que o requeiram.

Parágrafo 1º — Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 2º — A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 3º — São privativos de brasileiros natos os cargos de presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado, primeiro-ministro, ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro de Estado, além de membros da carreira diplomática e oficiais das Forças Armadas.

Parágrafo 4º — Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I — Aceitar de governo estrangeiro, sem licença do presidente da República, comissão, emprego ou pensão;

II — Tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

III — Por naturalização voluntária, adquirida outra nacionalidade.

Artigo 14 — O português é a língua nacional, e são símbolos nacionais a bandeira, o hino, as armas da República e o selo nacional.

Capítulo IV — Dos Direitos Políticos

Soberania popular é exercida por plebiscito, voto e referendo

Artigo 15 — O sufrágio é universal, o voto direto é secreto, com igual valor para todos. A soberania popular será exercida pelo plebiscito, pela iniciativa popular, pelo voto popular e pelo referendo, conforme dispuser a lei.

Parágrafo 1º — O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os menores a partir de dezesseis anos.

Parágrafo 2º — Não podem alistar-se eleitores estrangeiros e, durante o período de serviço militar obrigatório, os conscritos.

Parágrafo 3º — São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira, estar no pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento, a filiação partidária, o domicílio eleitoral na circunscrição e idade mínima, conforme a seguir discriminado:

I — Presidente da República e senador da República: trinta e cinco anos;

II — Governador de Estado: trinta anos;

III — Prefeito: vinte e um anos;

IV — Deputado federal e deputado estadual: vinte e um anos.

Parágrafo 4º — São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Parágrafo 5º — São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

Parágrafo 6º — Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Parágrafo 7º — A lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Parágrafo 8º — São elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo, os quais serão agregados, a partir da filiação partidária, pela autoridade superior; se eleitos, passarão automaticamente para a inatividade quando diplomados. Os de menos de dez anos de serviço ativo só serão elegíveis caso se afastem espontaneamente da atividade.

Parágrafo 9º — São inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge ou os parentes até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, do presidente da República, do governador e do prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvando os que já exercem mandato legislativo.